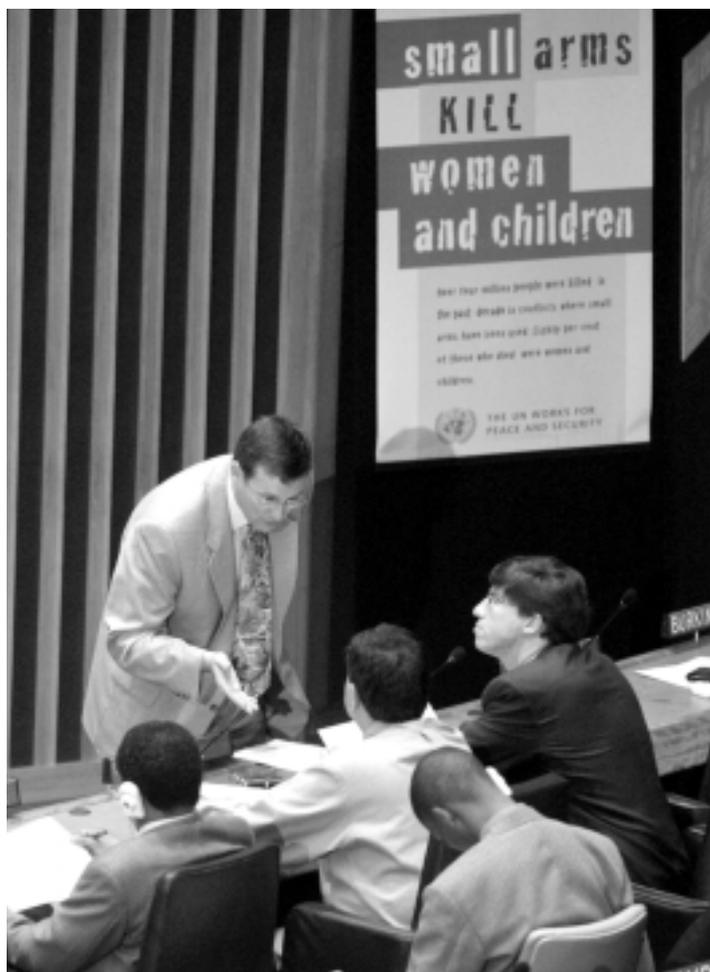


Chegando a um consenso em Nova Iorque:

A Conferência sobre armas pequenas de 2001



Depois de aproximadamente quatro anos de preparação, a *Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio Ilícito de Armas Pequenas e Armas Leves em todos os seus Aspectos* (a Conferência) concluiu, no dia 21 de julho de 2001, depois da sessão final que durou duas semanas, produzindo um consenso, um *Programa de Ação para Prevenir, Combater e Erradicar o Comércio Ilícito de Armas Pequenas e Armas Leves em todos os seus Aspectos* (o 'Programa').

O *Programa* decifrou as conseqüências humanitárias, socio-econômicas, e de segurança associadas ao comércio ilícito dessas armas e à sua acumulação excessiva e instável, e incluiu uma série de princípios para guiar as ações dos Estados no combate deste problema. Ao concordar com o *Programa*, os governos das nações se comprometeram em implementar uma série de medidas nos níveis nacionais, regionais e mundial. Concordaram também em encontrar-se a cada dois anos e realizar uma outra conferência, no máximo em 2006, com o propósito de revisar a implementação do *Programa*.

O Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, considerou essenciais os primeiros passos do *Programa* para a criação de normas e implementação de medidas coletivas contra esse dano mundial.

Representantes debatendo na Conferência sobre Armas Pequenas da ONU em 2001.

O *Programa* confirma que os problemas causados pela proliferação e pelo uso indevido de armas pequenas têm mil facetas, indo além do controle de armas e desarmamento, para incluir prevenção de conflito, desenvolvimento, controle de crime, saúde pública e dimensões humanitárias. Além disso, o Programa atribui aos governos nacionais a responsabilidade principal para resolução dos problemas de armas pequenas. Finalmente, o *Programa* realça ambas as dimensões regionais e mundiais do problema, daí a cooperação em todos os níveis ser necessária.

Os Estados concordaram com o *Programa* nas seguintes medidas que incluem: fortalecer os regulamentos nacionais que administram a produção e transferência das armas pequenas, assegurando que os fabricantes marquem todas as armas e mantenham registros adequados para permitir o rastreamento de armas apreendidas; aprimorar o sistema de certificado do usuário final para diminuir o risco de desvio e comércio ilícito; incentivar a destruição de armas; aumentar a segurança de estoques de armas pequenas; cooperar com o sistema das Nações Unidas para assegurar a implementação eficaz de embargos de armas declarados pelo Conselho de Segurança; e encorajar a cooperação com organizações regionais e internacionais relevantes, incluindo ONGs.

Vários Estados deixaram claro que não concordariam com consenso que contivesse qualquer referência às violações de direitos humanos.

A linguagem do *Programa* não é comprometedora, e deixa grandes margens para os Estados signatários exercerem discricção e interpretação. Ainda mais importante é o fato de que várias questões cruciais identificadas por certos estados e ONGs, antes e durante a Conferência, não terem sido incluídas no *Programa* final. Essas questões incluem compromissos concretos para negociar um instrumento internacional de marcar e rastrear as armas, regularizar a posse de armas de civis, aumentar a transparência na produção legal, estoque e comércio de armas pequenas, controlar as transferências de agentes não estatais, concordar sobre um critério específico para administrar as exportações de armas, e negociar um instrumento legal internacional sobre *brokering* (corretagem) de armas.

Durante todo o processo preparatório e durante a própria Conferência, duas comunidades distintas estiveram trabalhando. A maior comunidade foi ampla aliança de 300 grupos unidos sob a Rede Internacional de Ação sobre Armas Pequenas (*International Action Network on Small Arms, IANSA*), que trabalham para controlar a proliferação de armas pequenas e seus efeitos. O segundo grupo, composto por representantes da comunidade em prol das armas de fogo, viu a Conferência como uma ameaça aos direitos dos proprietários de armas e àqueles que são atiradores por esporte. No total, 119 organizações foram registradas e 380 representantes participaram da Conferência, representando uma ampla variação de setores e interesses. Embora esses números sejam modestos em comparação aos apresentados em outras conferências da ONU, os grupos conseguiram ter uma presença impactante e fortalecer sua capacidade para mais adiante engajarem-se no trabalho pós-Conferência – que está por vir.

O Estados Unidos foi um importante participante durante todo o processo da Conferência, deixando claro desde o início que não seria parte de um *Programa* unânime que incluísse duas medidas específicas: restringir e proibir a posse civil de armas, bem como limitar o comércio de armas unicamente aos governos. A verdade é que o Estados Unidos foi o único Estado nessa posição, em oposição direta ao bloco africano. No final, as duas medidas não foram incluídas no *Programa*.

O *Programa* é a primeira estrutura básica a guiar o trabalho de governos nacionais, organizações regionais e internacionais, e a sociedade civil no combate ao comércio ilícito de armas pequenas, e serviu para aumentar o nível de compromisso dos Estados em dedicar-se ao comércio ilícito de armas pequenas. O *Programa* estabelece a justificativa para que todos os



A diplomacia multilateral produziu um Programa de Ação, mas não gerou qualquer compromisso para negociar instrumentos legalmente comprometedores.

agentes, incluindo ONGs, possam monitorar, informar, encorajar, e, se necessário, pressionar politicamente os Estados que não estiverem honrando seus compromissos.

A Conferência e seu resultado poderiam estabelecer a base para, pelo menos, três possíveis maneiras de desenvolvimento. Primeiro, o processo poderia ser mantido com o patrocínio do Primeiro Comitê das Nações Unidas, e, deste modo, ser dominado por uma perspectiva de controle de armas e desarmamento. Segundo, as alianças alheias ao patrocínio da ONU poderiam ampliar o *Programa* ao focar os custos humanitários e econômicos associados à proliferação e ao uso de armas pequenas. Terceiro, a ONU poderia mudar a maneira com que tenta resolver o problema, ao reconhecer que a questão das armas pequenas é multidimensional e ao criar um mecanismo que permita a consideração mais inclusiva e eficaz dos efeitos econômicos, sociais e humanitários da acumulação, proliferação e uso indevido de armas pequenas, bem como a participação ativa do amplo e variado grupo de pessoas envolvidas no assunto.

A experiência do envolvimento de ONGs na Conferência de 2001 fortaleceu a capacidade de engajamento sobretudo nas questões de armas pequenas no período pós-Conferência.

As várias parcerias criadas pela Conferência serão cruciais para os esforços futuros para lidar com as diferentes dimensões da questão de armas pequenas.